

PMS	FALT	GENN
BIBLIOTECA		
A Tarde		
01/04/05		
Local	3	
Assunto		
Habitação		

Qualquer lugar é melhor que a rua

Para resgatar a auto-estima da população que não tem onde morar, prefeitura firma parceria para garantir auxílio-moradia e qualificação

SANDRO LOBO

A população de rua de Salvador, atualmente estimada pela prefeitura municipal em cerca de dez mil pessoas, vem sendo alvo de alguns programas da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes). A ideia é gradualmente ir resgatando a auto-estima dessa gente através da oferta de moradia, auxílio-alimentação, qualificação e, eventualmente, trabalho. Um grande problema – quem sabe o principal – é que eles, assim como suas necessidades, são muitos. Difícil saber como “sustentá-los” sem que isso pareça uma performance populista.

Até começar a realizar seus propósitos, a secretaria vai esbarrar em algumas questões difíceis de contornar, como o fato de que algumas pessoas estão na rua porque querem (e contra isso não há o que fazer), de que muitos estão enfraquecidos moral e fisicamente pelos vícios, além de não terem qualquer qualificação profissional, o que dificulta sua absorção pelo mercado de trabalho.

VALE-VIDA– Para reforçar algumas ações feitas de forma isolada, a secretaria firmou parcerias com entidades como Setras (Secretaria do Trabalho e Ação Social), Cetad (Centro de Estudos e Tratamento do Abuso de Drogas), Projeto Axé, Adras (Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais), Ministério Pú-

blico ou Fundação Cidade Mãe.

Figura emblemática da política dessa nova administração, a ex-moradora de rua Maria Jarrão, 50 anos, hoje vive num edifício precário na Rua Jogo do Lourenço, nº 40, na Saúde. Depois de quase uma década habitando um buraco do viaduto próximo à Fonte Nova, ela, o marido Antônio, 33 anos, e os netos Jadson, 13 anos, Crislaine, 2 anos, e Victor, 9 meses, se ajeitam como podem no cômodo que a Sedes vem pagando há dois meses. É apertado, úmido e relativamente insalubre – o que não é bom para as crianças, já acometidas por dermatites –, mas é melhor que estar ao relento – é o que Maria diz.

Isso, no entanto, não significa que ela esteja tranqüila com a nova situação. “O vale-vida (R\$ 100 em alimentos) que recebemos não dá para o mês todo, ainda mais com esses meninos pequenos, precisando tomar leite. Antônio está doente, com febre, não está podendo trabalhar. A gente consegue um trocadinho a mais quando vai para a Praça de Nazaré olhar os carros em noite de teatro ou de casamento.

Agora mesmo, estamos há uma semana sem conseguir levantar nenhum”, afirma. Um dos prepostos da Casa de Passagem da Barroquinha informa que o rapaz está doente porque bebe muito (assim como aparenta fazer um dos filhos de Maria, que assiste, de maneira apática, à conversa

de sua mãe com A TARDE).

ABRIGOS – Informado dos lamentos de Maria Jarrão, o secretário Carlos Ribeiro Soares lembra que a Sedes já conseguiu 80 vagas para empregar parte dessa população de rua. Segundo ele, a maior dificuldade é que grande parte das pessoas não tem documentos (que estariam sendo providenciados) e também precisa passar por um treinamento mínimo. “Um processo educativo que envolve aprender noções básicas de higiene, cidadania e normas para um convívio social saudável, é preciso que eles aprendam a ter posturas apropriadas”, destaca.

Soares salienta que sua secretaria tem grandes problemas para lidar, mas, garante, “lisura e boa vontade não vão faltar”. Destaca que Jorge Luís, o filho de dona Maria Jarrão, vai trabalhar na Limpurb e que a família (composta ainda por outros membros que estão espalhados em outros pontos da cidade) será uma das primeiras a ser beneficiada quando se concretizar o projeto da prefeitura de doar casas a quem mora na rua. “É um trabalho muito delicado. Não adianta ficar criando facilidades que serão difíceis de se sustentar, mas sim trabalhar as condições do cidadão”, explicou o secretário, que agora se preocupa em mandar de volta para suas cidades e Estados de origem cerca de 70 pessoas amparadas em abrigos municipais.



Vendedor e ex-morador do mirante ainda aguarda o vale-refeição que a prefeitura anunciou



Depois de ter morado em um buraco, Maria vive em um cômodo: “Melhor que o relento”

Antônio do Coco cobra de secretário

FERNANDO VIVAS 27/11/2004

Depois de ficar famoso como Antônio do Coco (aquele que morou por anos no mirante da Praia do Jardim de Alá, sem jamais ser notado pela administração anterior) e se mudar para o imóvel de um vão que fica no número 27 da Rua Cristóvão Ferreira, na Boca do Rio, o vendedor de coco Antônio Roque Brito Santos, 48 anos, aguarda com certa apreensão a realização das promessas da prefeitura. Amanhã, por exemplo, expira o prazo dado pela Sedes para que ele recebesse o dinheiro para pagar o primeiro mês de aluguel – há 14 dias, ele se mudou do mirante para a nova casa. Como Maria Jarrão, não faz queixas, mas espera que as coisas aconteçam com mais rapidez.

“Até já me adaptei a morar na casa, apesar de pequena, que foi o que deu para alugar aqui mais perto de onde vendo coco e na pressa que tive que sair de lá, mas vou continuar pesquisando. Só espero que os R\$ 1.200 que foram prometidos para eu pagar os seis primeiros meses de aluguel cheguem logo”, disse. O filho Fábio, universitário, deve começar a trabalhar esta semana, e a Sedes abriu uma linha de crédito no Banco do Brasil para que Antônio possa adquirir um carrinho de vender coco. O problema é que só abrir a linha de crédito não adianta muito para o comerciante. “O carrinho que eu teria que comprar vai custar R\$ 2,7 mil. Como é que eu vou pagar, especialmente agora, nessa baixa estação, início de inverno”, se pergunta.



Ribeiro tranqüiliza vendedor e diz que o prometido será feito

Flanelinha com público certo

Um dos projetos interessantes que a Sedes vai realizar, em parceria com algumas faculdades privadas de Salvador, tem como alvo os chamados flanelinhas – em sua maioria rapazes com idade entre 15 e 25 anos, com pouca instrução, que sobrevivem de trocados para guardar

ou, eventualmente, lavar automóveis. Com o nome de Passando a Limpo, o projeto prevê o provimento de uniformes e kits para limpeza de automóveis para que eles possam lavar os carros dos professores, funcionários, alunos e visitantes das universidades que assinaram a carta

de intenção. “Durante a semana, eles vão recebendo o pagamento em tickets, que serão trocados por um pró-labore (dinheiro) na própria instituição”, explica o secretário Carlos Ribeiro Soares. O projeto está em fase de acompanhamento e abordagem socioeducativa.

Outro detalhe é que, apesar de a prefeitura estar providenciando a legalização do ambulante naquele exato local onde trabalha há mais de uma década, Antônio foi proibido de vender guaraná e cerveja. Além disso, o vale-alimentação que lhe foi prometido até hoje não chegou, o que o deixa intranquilo – ele não confessa, mas, naturalmente, é de se presu-

mir que receie ter sido usado como gancho para um bom marketing. O secretário Carlos Ribeiro Soares diz que tudo o que foi prometido será feito e, em tom amargo, que Antônio reclama de boca cheia. “Amanhã mesmo vou saber dos meus coordenadores tudo está correndo como devia-se há mesmo algum problema garantiu.